

Segunda reunião do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Rio de Janeiro, 12 - 15 de novembro de 2007

Resumo do presidente

Visão geral

Realizaram-se sete sessões principais, que seguiram um modelo inovador com painéis interativos compostos de representantes de várias partes interessadas, com perguntas e comentários do público. Essas sessões obedeceram ao formato da agenda definido no processo de preparação e incluíram cinco discussões temáticas sobre os temas do IGF – recursos críticos da Internet, acesso, diversidade, abertura e segurança – e foram seguidas por uma sessão de "levantamento da situação e definição dos rumos a seguir" e "questões emergentes". No total, outros 84 eventos ocorreram paralelamente com as sessões principais, tais como workshops, fóruns de melhores práticas, reuniões de coalizões dinâmicas, e fóruns abertos sobre os cinco temas principais.

Todo o encontro foi transmitido pela Internet e teve transcrição em tempo real. Os registros estão disponíveis no site do IGF. Todas as sessões principais tiveram tradução simultânea para todos os idiomas da ONU e para o português, e todos os outros eventos tiveram tradução para o português.

Os participantes remotos tiveram oportunidade de tomar parte por intermédio de *blogs*, salas de bate-papo e e-mail. Os painéis adotaram um formato inovador de participação das diversas partes interessadas, com perguntas e comentários do público, facilitados pelo moderador. Cada uma das sessões teve a presidência do país anfitrião e a moderação de jornalistas ou especialistas neutros.

O encontro seguiu o compromisso de que o IGF promoveria o diálogo entre todos os participantes considerando-os como iguais. O formato inovador teve aceitação geral e foi muito bem recebido, sendo que alguns participantes o descreveram como um marco na cooperação entre interesses tão variados.

Tivemos mais de 2.100 participantes inscritos antes da reunião, dos quais 700 eram provenientes da sociedade civil, 550 do setor governamental, 300 de entidades comerciais, 100 de organizações internacionais e 400 representantes de outras categorias. O encontro teve a presença de 1.363 participantes de 109 países. Além disso, mais de 100 representantes da imprensa compareceram ao evento. Essas estatísticas estão disponíveis no site do IGF em www.intgovforum.org/stats.php

Cerimônia de abertura/Sessão de abertura

Em sua mensagem ao fórum, apresentada pelo Sub-Secretário Geral das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, o Secretário-Geral sublinhou que a ONU usou a plataforma do IGF para assegurar o alcance global da Internet. O Secretário-Geral Ban Ki-moon classificou o Fórum como uma reunião não-tradicional da ONU e como um "novo modelo de cooperação internacional que, assim como a Internet, está em constante evolução". Em sua mensagem, ele disse: "O Fórum pode criar um entendimento comum de como podemos maximizar as oportunidades que a Internet oferece, como podemos

usá-las em benefício de todas as nações e povos, e como enfrentaremos os riscos e desafios".

Em sua própria declaração ao Fórum, o Sub-Secretário Geral para Assuntos Econômicos e Sociais Sha Zukang disse: "A importância do Fórum está no seu propósito, que lhe permite discutir virtualmente qualquer assunto relacionado à Internet, sua governança e seu uso e abuso". Ele continuou: "O Fórum também é único porque reúne pessoas que normalmente não se encontram debaixo do mesmo teto". O Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos do Brasil, Roberto Mangabeira Unger, também falou ao público.

Na sessão de abertura, 19 oradores que representavam todas as partes interessadas se dirigiram aos participantes.

A lista dos oradores está em anexo.

Em seu papel de presidente da reunião, o Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, Sérgio Rezende, disse: "O propósito do IGF é discutir e encontrar maneiras de garantir que a Internet seja uma ferramenta para cumprir os princípios e compromissos da Agenda de Túnis, e forme uma Sociedade da Informação inclusiva, voltada para o ser humano e para o desenvolvimento".

Outros oradores observaram que o Fórum reuniu diversos grupos de indivíduos com o propósito de compartilhar conhecimento e experiências. Os oradores destacaram que o Fórum concedia a todos os envolvidos uma oportunidade única de catalisar mudanças locais. Vários participantes sublinharam que o IGF não é somente um espaço de diálogo, mas também um meio que deve incentivar mudanças fundamentais em nível local para fortalecer comunidades, formar capacidades e viabilizar a expansão da Internet, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social.

O tema "desenvolvimento" foi destaque para vários palestrantes que perguntaram o que o IGF pode fazer para os bilhões de pessoas que ainda não têm acesso – a expressão "próximo bilhão" despontou como um chamado para ação. Muitos oradores abordaram as várias implicações de colocar o próximo bilhão de usuários on-line. Entre as perguntas apresentadas estão as questões relativas à capacitação, educação, novas estruturas de governança, nomes de domínio internacionalizados e a formação de uma estrutura normativa nacional que possibilite o crescimento e o investimento na Sociedade da Informação.

A principal mensagem dessa sessão foi que ninguém pode fazer isso sozinho, e que a cooperação entre as partes interessadas é um pré-requisito para a boa governança da Internet. Trabalhar junto para o desenvolvimento da governança da Internet é necessário, e assim se sublinhou o significado do IGF como novo espaço para o diálogo.

Recursos críticos da Internet

Presidido por **Plínio de Aguiar Junior**, membro do Conselho Administrativo do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A primeira das cinco sessões principais, que foi acrescentada aos quatro temas principais discutidos durante o encontro inaugural do IGF em Atenas, apresentou os diversos pontos

de vista de palestrantes e participantes sobre os diferentes desafios e a evolução dos recursos essenciais da Internet. A discussão do painel abordou vários tópicos relacionados à infra-estrutura física e lógica da Internet. Como se ouviu em várias outras sessões do IGF, um palestrante destacou que é fundamental formar infra-estruturas comunitárias, incluindo os recursos críticos da Internet, a fim de atingir os cinco e meio bilhões de pessoas no mundo que não têm acesso à Internet.

A discussão envolveu uma grande variedade de recursos que são importantes para o desenvolvimento, mas o foco principal recaiu sobre os nomes de domínio e endereços de Protocolos da Internet (IP). Recursos como o tema transversal "capacitação" e outros temas centrais do IGF, como acesso e segurança, assim como roteamento e a necessidade básica de eletricidade, foram discutidos como essenciais para o desenvolvimento da Internet em algum ponto da sua evolução. A Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (ICANN) e suas responsabilidades estiveram no centro de grande parte dessas discussões.

Muitos palestrantes manifestaram a opinião de que a inclusão dos recursos críticos da Internet como um dos temas principais é importante pois representa o cumprimento do mandato da Agenda de Tunis, que prevê a "discussão de questões relacionadas à infra-estrutura e ao gerenciamento dos recursos críticos na Internet". Conforme estabelecia a agenda, a discussão também incluiu o gerenciamento do sistema de nomes de domínio (DNS), protocolos da Internet (IP), o gerenciamento dos servidores-raiz, padrões, pontos de interconexão, infra-estruturas de telecomunicações, incluindo tecnologias inovadoras e convergentes, e também a transição para o multilinguismo.

Diversos participantes levantaram a questão do controle unilateral da ICANN por um único governo, enquanto alguns argumentaram que a comunidade internacional deve ter um papel mais ativo no tratamento dos recursos críticos da Internet. Referindo-se à Agenda de Túnis, um palestrante recomendou que o Secretário-Geral da ONU crie um grupo de trabalho especial dentro da estrutura do IGF para dedicar-se aos recursos críticos da Internet. Esse grupo deve discutir a transferência gradual da governança da Internet para a autoridade da comunidade internacional.

Enquanto alguns palestrantes defendiam a idéia de uma ICANN independente de governos, outros gostariam que os governos tivessem um papel mais significativo em relação a políticas públicas. Houve também uma discussão sobre o futuro da Internet no contexto do Acordo de Projeto Conjunto (JPA) entre a ICANN e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, que está na metade da sua vigência.

Alguns dos assuntos discutidos foram o caráter essencialmente "de baixo para cima" dos processos da ICANN e as exigências de que periodicamente entidades externas neutras façam uma análise das sub-organizações da ICANN. Outros pontos foram a relação dos governos com a ICANN e a dúvida se o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) deve ter apenas uma função consultiva, ao invés de poderes mais amplos em termos de políticas públicas internacionais. Ao passo que um participante argumentou que a participação dos governos no GAC é uma das características mais importantes da ICANN, outro afirmou que o modelo atual, no qual o GAC é parte da ICANN, não é um modelo estável.

Os participantes também discutiram o esgotamento da reserva de endereços IPv4 da ICANN que ainda não foram distribuídos. Ficou claro que isso não levará à falência da

Internet, mas indica a importância do esforço de colocar a rede IPv6 *on-line* e a necessidade de interoperabilidade total entre as redes IPv4 e IPv6.

Um dos participantes sugeriu que se adotem políticas que promovam a conectividade IPv6 entre todos os prestadores de serviços na Internet. Ele também sugeriu que os governos possam optar por subsidiar os custos dos pontos de troca de tráfego que incentivarão a interconexão usando o espaço de endereços IPv6, de modo a conseguir o mais depressa possível um sistema IPv6 totalmente conectado em paralelo ao sistema IPv4.

Outra palestrante falou sobre a iniciativa de criar um IGF nacional de acordo com o modelo *multistakeholder*. Ela também falou do sucesso da auto-regulamentação no Reino Unido e observou que, embora os recursos críticos da Internet não sejam um assunto premente para os usuários, questões de segurança e acesso em países em desenvolvimento são importantes.

De maneira geral, todos admitiram a importância de discutir questões como recursos críticos da Internet no ambiente do IGF. Também se reconheceu a importância da capacitação humana como recurso essencial. Um sentimento que muitos externaram é o de que a cooperação entre os envolvidos começou tarde, mas essa cooperação mais intensa é importante para o progresso. Como destacou um palestrante, a difusão da metodologia *multistakeholder* é um novo protocolo importante para resolver problemas dos recursos críticos da Internet.

Acesso

Presidido pelo Ministro das Comunicações do Brasil, Hélio Costa.

Os palestrantes destacaram que o acesso à Internet continua sendo o problema mais importante para muitos países, sobretudo no mundo em desenvolvimento. Os oradores salientaram o impacto da Internet sobre o desenvolvimento. Um tema que surgiu ao longo da sessão foi que, enquanto se considera um grande sucesso ter um bilhão de internautas, a atenção deveria se voltar para o próximo bilhão e os outros bilhões depois destes.

Diversos participantes questionaram quem provavelmente será o próximo bilhão de pessoas que se conectarão à Internet. Um palestrante comentou que se as pessoas falassem sobre um bilhão de usuários da Internet dez anos atrás, isso seria inimaginável. Apresentando estatísticas, outro orador disse que desde o primeiro encontro do IGF em Atenas no ano passado, houve grandes progressos em termos de banda larga e qualidade de acesso, bem como na quantidade daqueles que estão de fato conectados à Internet.

Os participantes indicaram que o tema que permeia toda a discussão do IGF – a cooperação *multistakeholder* (entre as diversas partes interessadas) – também é muito importante em relação ao acesso. Houve um consenso de que os governos têm um papel importante, mas precisam trabalhar em estreito contato com o setor privado, a sociedade civil e a comunidade da Internet. Muitos participantes falaram da necessidade de soluções inovadoras, como parcerias público-privadas, e a necessidade de empresas privadas trabalharem com os governos e a sociedade civil a fim de levar o acesso às áreas rurais.

Outra idéia geral foi a de que cada país precisa encontrar sua própria solução, e que não existe uma solução única para todos. Nesse aspecto, o tamanho dos mercados locais foi mencionado como um problema para países pequenos. Um palestrante destacou a experiência africana, onde um enorme continente tem apenas uma pequena parcela da Internet, observando que cada país havia tentado fazer isso sozinho, ao invés de adotar uma política regional.

Muitos oradores enfatizaram a importância da colaboração regional entre as várias partes interessadas para criar Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) regionais da Internet. Reconheceu-se que a experiência dos PTTs é um bom exemplo de como a colaboração pode facilitar o acesso aos usuários, viabilizar o conteúdo local e reduzir custos.

Houve uma concordância generalizada de que os governos têm um papel importante na criação de uma estrutura regulatória sólida que garanta que as normas sejam bem implementadas e respeitadas. Muitos oradores destacaram a necessidade de mercados abertos, enquanto outros afirmaram que as forças de mercado apenas não são capazes de resolver o problema de acesso, e que os governos têm a responsabilidade de criar e implementar políticas para o acesso universal.

Diversos palestrantes mencionaram a questão específica de redes de *backbones*, e esse continua sendo um assunto importante. Muitos observaram que iniciativas locais para facilitar o acesso dependem da oferta de redes de *backbone*, tanto em nível nacional quanto internacional.

Do ponto de vista da demanda, muitos colaboradores observaram que o acesso é muito mais amplo do que a conectividade. É preciso fazer o link entre acesso e desenvolvimento, e para isso é necessário compreender as necessidades dos usuários. A opinião generalizada foi que o acesso não pode ser medido apenas em termos de parâmetros tecnológicos. Como disseram alguns, preço, qualidade, disponibilidade e conteúdo são aspectos importantes.

Muitos oradores insistiram que oferecer acesso ao próximo bilhão de pessoas exige novos modelos de negócios e parcerias para ajudar usuários que vivem com dois dólares por dia ou menos. Conforme observou um palestrante, isso provavelmente significa menos de dois dólares por mês para gastar com serviços de telecomunicações e Internet. Portanto, a adequação e o valor do acesso foram considerados questões fundamentais para moldar e integrar o uso de TIC no processo de desenvolvimento. Comentou-se que muitas vezes os governos são os maiores compradores de serviços de TIC, o que significa que a demanda pode ser usada para ancorar novos projetos de acesso em áreas pouco atendidas.

De modo geral, todos concordaram que os problemas de acesso continuam no centro da pauta do IGF e que quando o "próximo bilhão" estiver *on-line* novos desafios e oportunidades surgirão.

Diversidade

Presidido pelo Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil.

A discussão sobre diversidade nasceu como um anseio muito grande por diversidade em todos os seus aspectos. Ao longo da análise, percebeu-se que a Exclusão Digital é também uma barreira de conhecimento e que o respeito pela diversidade é um assunto global.

Os palestrantes identificaram várias dimensões da diversidade: diversidade lingüística, diversidade cultural, diversidade na mídia e diversidade em relação a pessoas com deficiências. Mais de uma pessoa observou que a noção de diversidade se estende à necessidade de incluir todas as pessoas, inclusive os imigrantes que vivem num país com língua e cultura diferentes e povos nativos que vivem em países cuja cultura dominante não é a deles.

Os integrantes dos painéis manifestaram o desejo de que a Internet seja acessível para todos. Para incluir pessoas com deficiências, é importante o uso de um design e tecnologias auxiliares. Um participante lembrou o Fórum que um aspecto importante do apoio à diversidade é a atenção a línguas que não são escritas e a linguagens de sinais que não são faladas, e quando são escritas, utilizam ícones gráficos.

Um palestrante falou sobre como a cultura está no centro de qualquer discussão sobre identidade, como ela possibilita a coesão social e é essencial para o desenvolvimento de qualquer economia do conhecimento. Um dos exemplos apresentados foi a perda da liberdade de crianças africanas, quando foram obrigadas a aprender um idioma estrangeiro que ignorava sua cultura, ao irem para a escola pela primeira vez.

Durante a discussão, traçou-se um paralelo entre diversidade lingüística e biodiversidade, e nessa comparação concluiu-se que a diversidade lingüística é tão importante para a liberdade humana quanto a biodiversidade é importante para a natureza. Recomendou-se que o princípio da precaução também seja adaptado em relação à diversidade.

Como outros elementos importantes, mencionaram-se o impacto dos padrões e a importância de padrões abertos e não-exclusivos, e também o uso de software livre e *open source*. A adesão aos padrões foi descrita como outra maneira de promover a diversidade, especialmente nos padrões de acessibilidade.

A sessão registrou alguns avanços em relação à sessão sobre diversidade realizada em Atenas no ano passado. Um participante observou que houve menos necessidade de discutir assuntos relacionados ao sistema de Nomes de Domínio Internacionalizados (IDNs). Alguns participantes destacaram a necessidade de distinguir entre conteúdo em diferentes idiomas e o papel dos IDNs. Ficou claro que agora o debate havia progredido, mesmo que os IDNs, e principalmente a implementação dos IDNs, continuem sendo um aspecto importante da diversidade. Apontaram-se algumas questões sobre o trabalho que precisa ser feito para impedir que os IDNs se transformem num novo meio de *phishing* e outras ameaças à segurança.

Comentou-se também que se a Internet estiver disponível num idioma local, ela poderá ajudar a mudar a sociedade. A mudança seria facilitada por reunir a cultura da rede com a cultura local, reduzindo assim as diferenças de conhecimento. Alguns apontaram a necessidade de encontrar formas economicamente sustentáveis de encontrar o meio-termo entre a proteção da propriedade e a possibilidade de difundir livremente o conhecimento para todas as diversas populações que precisam desse conhecimento.

Apresentaram-se algumas propostas concretas de possíveis caminhos a seguir, incluindo a criação de um grupo que trabalhe num *Global Compact of Languages*, a fim de encontrar uma maneira de liberar material sujeito a direitos autorais para uso em idiomas localizados e para representação em todas as formas necessárias a fim de atingir os deficientes.

Discutiu-se também a urgência de oferecer conteúdo em diversas línguas e formatos. Isso não só é considerado necessário para os povos de todo o mundo, mas também é necessário para impedir a perda das culturas em redor do mundo, visto que as línguas e as culturas que representam estão sendo perdidas rapidamente para a humanidade.

Houve conversas práticas sobre como medir a diversidade. A participação plena e ativa de todos, sobretudo de pessoas com deficiências, seria um parâmetro para medir se a diversidade foi atingida ou não.

A percepção geral foi de que a Internet oferece a oportunidade de proteger a diversidade cultural. Para que isso seja possível, é necessário que ela seja administrada em benefício da humanidade como um todo, permitindo que todas as pessoas usem seus próprios idiomas, com seus próprios valores e identidade cultural. Por isso a Internet precisa se expandir a fim de refletir em seu conteúdo e sistemas de nomes a diversidade cultural e lingüística, bem como as diferenças regionais e locais que caracterizam a civilização.

Como disse um orador, não é necessário apenas colocar o próximo bilhão de pessoas *on-line*, também é preciso colocar essas pessoas *on-line* com conteúdo relevante do ponto de vista econômico, cultural e social em sua própria língua, para que a Internet realmente reflita a diversidade da raça humana.

Num comentário final, um integrante do painel observou que, para respeitar a diversidade, a Internet deve ser um lugar acolhedor, tranquilo e sem barreiras.

Abertura

Presidido por Ronaldo Lemos, professor de Direito do Centro de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

Na sessão sobre abertura, a opinião geral foi a de que abertura é um assunto de várias facetas e dimensões. Alguns participantes consideraram que o assunto envolve várias áreas, e tem pontos em comum com outros temas do IGF, como diversidade, acesso e segurança, com dimensões jurídicas, políticas e econômicas.

Vários oradores destacaram que abertura envolve algumas questões de equilíbrio. Existe um equilíbrio entre "os dois IPs", como disseram diversos palestrantes: o "IP" de protocolo da Internet e o "IP" de propriedade intelectual [Intellectual Property]. Comentou-se que, embora aparentemente eles representem uma dicotomia, na realidade não existe uma dicotomia entre ambos. Apontou-se também uma questão de equilíbrio entre liberdade de expressão, fluxo livre de informações e a liberdade de colher os frutos do seu trabalho. Uma das questões de equilíbrio mais importantes é o equilíbrio entre privacidade e liberdade de expressão.

O painel e a discussão deram grande ênfase às liberdades fundamentais: a liberdade de expressão e o livre fluxo de informações, conforme estabelecem o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração de Princípios de Genebra, além da Agenda de Túnis, no contexto da WSIS. Destacou-se que uma perspectiva de direitos humanos deve ir além da mera repetição desses princípios universalmente aceitos.

A observância dos direitos humanos não vale apenas para governos, mas também para empresas e outras partes envolvidas. Comentou-se que, mais do que um destino, o cumprimento dos direitos humanos é uma jornada. Um orador manifestou sua preocupação de que os direitos humanos tenham reduzido a agenda da governança da Internet, e que assuntos como pedofilia, fraudes com cartões de crédito ou terrorismo são tratados como problemas prioritários. Não se podem abordar esses assuntos como se a solução de um problema excluísse o outro, e as soluções desses problemas reais devem se basear nos direitos humanos. Os princípios que foram aceitos por todos agora precisam ser traduzidos em soluções práticas baseadas no respeito aos direitos humanos.

Observou-se também que a lei sempre é um produto da sociedade e reflete padrões aceitos de maneira geral. Quanto à proteção de propriedade intelectual e marcas registradas, sempre foi possível fazer exceções, como no caso da educação. Um orador comentou que o acesso aberto ao conhecimento científico sempre foi um elemento essencial do processo de desenvolvimento e, portanto, muito importante para países em desenvolvimento. Movimentos como "*Creative Commons*" foram mencionados nesse contexto.

Houve também uma discussão sobre padrões abertos, software livre e *open source*. Comentou-se que eles podem diminuir as barreiras para entrada e promover a inovação, sendo, portanto, importantes para países em desenvolvimento. Sublinhou-se que não existe contradição entre software livre e *open source* e propriedade intelectual. Alguém lembrou também que nos documentos produzidos na WSIS tanto softwares *open source* quanto softwares proprietários foram considerados igualmente importantes, e que os dois modelos têm seus méritos.

Em seguida, discutiu-se que tipo de regulamentação é necessária. Diversos palestrantes enfatizaram as vantagens da auto-regulamentação e muitos defenderam uma solução mista entre instrumentos jurídicos severos e brandos.

Em relação ao aspecto econômico, houve uma discussão sobre dominância de mercado e monopólios virtuais e sua relação com abertura e liberdade de expressão. Destacou-se também que a discussão no IGF está relacionada às discussões ocorridas na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (particularmente no que tange à sua Agenda de Desenvolvimento) e na UNESCO em relação à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade da Expressão Cultural.

Ao lembrarem as discussões ocorridas no ano passado em Atenas sobre esse assunto, os participantes comentaram que é preciso adaptar as legislações ao espaço cibernético, e que a legislação não é algo que ocorre fora da sociedade, mas precisa refletir os desejos da sociedade e ser adaptada ao que a sociedade quer. Conforme observou o presidente no início da sessão, em última análise a escolha do que a sociedade quer é uma escolha política.

Segurança

Presidido por Antonio Tavares, representante do setor privado no Comitê Gestor da Internet no Brasil

A discussão sobre privacidade foi tão complexa quanto rica. Muitos admitiram que segurança é uma questão essencial e, assim como no caso do acesso, ela é diferente de um país para outro. A segurança foi considerada uma questão multidimensional. Como ocorreu com todos os assuntos discutidos no IGF, o envolvimento e a cooperação das diversas partes interessadas são ingredientes essenciais quando se procura encontrar uma solução. No debate sobre segurança no IGF, uma questão fundamental foi que não existe um acordo geral quanto a uma definição única do que significa o termo "segurança". Vários palestrantes tentaram dar sua própria definição de segurança, incluindo segurança nacional, segurança para empresas, usuários, segurança de rede, e confiabilidade da rede. Um orador destacou a necessidade de prevenir brechas na segurança antes dos acontecimentos, ao passo que outros defenderam a busca por soluções após o evento. Redes resilientes e seguras também foram citadas como elementos essenciais nesse debate. Um participante definiu segurança como uma tentativa de obter "controle sobre o futuro"; e como não é possível saber o que o futuro trará, não é possível garantir 100% de segurança.

Outros concordaram, observando que em todas as áreas da vida, assim como na Internet, as necessidades de segurança talvez nunca sejam atendidas completamente. Outros participantes observaram que já estão disponíveis muitas ferramentas técnicas para operações seguras.

Muitos participantes enfatizaram a dimensão legal do debate sobre segurança. De maneira geral, todos concordaram que *on-line* e *off-line* não devem ser tratados de maneira diferente, e que crime é crime. Comentou-se que 95% dos crimes cometidos *on-line* são cobertos pela legislação existente. Em resposta, muitos observaram que ainda que a legislação exista, o problema é o seu cumprimento, tendo em vista o caráter sem fronteiras da Internet. Eles destacaram a necessidade de altos níveis de cooperação entre os órgãos policiais – um processo que precisa melhorar em relação a criminosos *on-line*.

Enquanto alguns exigiram mais legislação, outros advertiram contra o excesso de regulamentação. Muitos oradores comentaram que iniciativas de cooperação e participação variada podem ser suficientes. O fórum observou que tanto soluções legais severas quanto brandas são necessárias para garantir a segurança. Há um grande clamor por harmonização das legislações entre os países e também pela instituição de novos instrumentos legais que possam ser aplicados ao mundo *on-line*. Comentou-se que a Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa é uma abordagem promissora que mais países deveriam adotar.

Em termos de soluções legais brandas, o representante da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mencionou as diretrizes da OCDE nessas diversas áreas. Vários participantes observaram a necessidade de examinar a origem do problema, conscientizar, desenvolver recursos humanos, treinar pessoas para lidar com o problema como parte da solução. Houve também menção à necessidade de pensar na segurança durante a criação e implementação de sistemas de rede, e de pensar na

segurança no contexto de todo processo operacional. Conforme indicou o representante da OCDE, uma cultura de cibersegurança é essencial para qualquer solução.

Como reflexo das sugestões recebidas durante a sessão sobre abertura, destacou-se que o papel dos ISPs (provedores de acesso à Internet) é fundamental. Um participante exigiu leis que os protejam. Para alguns, o problema principal aqui é a responsabilidade dos ISPs – um assunto que precisa ser examinado com mais cuidado.

Discutiu-se qual tipo de software é mais adequado para segurança, software proprietário ou *open source*. Vários participantes manifestaram pontos de vista diferentes, refletindo as opiniões gerais sobre esse tópico. Comentou-se que a transparência é importante nas soluções de segurança, e um participante argumentou que softwares abertos oferecem mais segurança, e que segurança obtida com obscuridade é um conceito errôneo; sistemas e designs abertos que podem ser examinados são mais seguros. Outro participante observou que softwares proprietários são igualmente apropriados e alguém comentou que, do ponto de vista de um país em desenvolvimento, onde os criadores estão interessados em desenvolver novos sistemas, é importante proteger os direitos de propriedade intelectual e que por essa razão soluções proprietárias são importantes. Conforme comentou outro orador, uma política pública explícita que exija soluções de *open source* em processos de licitação pode limitar o desenvolvimento da indústria nacional de software. Ficou claro que não existe uma solução única para todos na questão de sistemas proprietários ou não-proprietários.

Observou-se também que existem problemas na busca por colaboração internacional relacionados a limitações financeiras, ao treinamento para imposição das leis e também no setor judiciário.

Um participante falou de uma ameaça à segurança nacional e internacional que foi além de um crime cibernético. A importância dessa segurança internacional foi confirmada na 62ª Sessão da Assembléia Geral, quando houve uma votação unânime de uma proposta da Rússia sobre como obter a segurança de informações em nível internacional. O participante citou a importância de considerar os aspectos técnicos, políticos e militares como um todo e recomendou que se firmem acordos internacionais sobre essa questão.

Outras pessoas comentaram a conexão entre problemas de segurança e direitos humanos e privacidade. Argumentou-se que na verdade a criação de leis para privacidade é uma contribuição para aumentar a segurança. Um participante observou que isso se aplica especialmente ao roubo de identidade, que é maior nos países que têm as mais fracas proteções à privacidade.

Um dos temas que surgiu das discussões é que a criação de um ambiente sustentável de confiança entre todos os envolvidos é essencial na busca da segurança e para que isso seja possível, todos precisam colaborar.

Levantamento da situação e definição dos rumos a seguir

Presidido por Nitin Desai, Assessor Especial para Governança da Internet do Secretário – Geral das Nações Unidas, e Hadil da Rocha Vianna, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Itamaraty.

Houve consenso geral de que o encontro fora um sucesso – a riqueza do debate, a quantidade de workshops, o formato variado, a diversidade de opiniões, o número e origem variada dos representantes – todos eles foram mencionados como indicadores de sucesso.

O desenvolvimento da pauta desde Atenas, com a inclusão dos recursos críticos da Internet, foi considerado um sucesso, e será parte da agenda do terceiro encontro. No entanto, ficou claro que os problemas de acesso precisam continuar sendo o item principal da pauta. Outras áreas possíveis para a pauta do próximo IGF são a atenção aos direitos na Internet, e a possibilidade de outras partes interessadas expressarem seu compromisso. Esses compromissos seriam uma das formas de demonstrar a relevância e as contribuições do IGF para a comunidade da Internet.

Em termos de processos, alguns comentaram que a conexão entre os workshops e as sessões principais não foi tão clara ou tão forte quanto poderia ter sido. Admitiu-se que os workshops ofereceram muitas informações e opiniões, mas a capacidade dessas contribuições determinarem o debate nas sessões principais foi limitada.

Houve apoio claro aos processos *multistakeholder*, e muitos comentaram como o diálogo do IGF, livre das amarras de negociações e decisões, permitiu que as idéias fossem trocadas e debatidas livremente. Observou-se que a participação dos usuários poderia ser maior, e que é preciso garantir efetivamente a participação remota no encontro. Algumas pessoas falaram da necessidade de mais diversidade na participação e, por exemplo, da necessidade de mais equilíbrio entre os sexos nos painéis. Do mesmo modo, os jovens precisariam ser mais bem representados.

Houve manifestações de apoio ao trabalho do grupo consultivo e ao trabalho da secretaria. Alguns, porém, disseram que os processos do grupo consultivo deveriam ser formalizados e mais transparentes.

A sessão terminou com um convite formal aos delegados para o terceiro encontro do IGF em Nova Délhi, de 8 a 11 de dezembro de 2008.

Assuntos emergentes

O objetivo dessa sessão final do segundo encontro do IGF foi trazer à atenção assuntos que podem ter importância na futura agenda do IGF. A sessão se estruturou em torno de quatro temas mais amplos, a saber: (i) iniciativas por parte da demanda e da oferta; (ii) aspectos sociais, culturais e políticos da Web 2.0; (iii) acesso; e (iv) inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Um ponto que se destacou nas discussões foi a diferença nas perspectivas sobre o que se consideram assuntos emergentes, dependendo de onde a pessoa vem – do mundo desenvolvido ou de países em desenvolvimento. A questão do anonimato, por exemplo, teve tonalidades diferentes, dependendo do nível de proteção das liberdades fundamentais. Outro exemplo é o acesso. Ao passo que o acesso não é um assunto premente em países desenvolvidos, ele continua sendo o assunto mais importante nos países em desenvolvimento.

Conforme observaram os palestrantes, um dos assuntos mais recorrentes ao longo do encontro no Rio foi o caráter sem fronteiras da Internet, o fato de que não existe uma sociedade global, e que as regulamentações e legislações nacionais variam.

O debate sobre problemas do lado da demanda e do lado da oferta destacou a necessidade de concentrar as atenções no papel dos usuários, sobretudo dos jovens, bem como em políticas públicas que estimulem e possibilitem a demanda. Em termos de políticas públicas, considerou-se que a exploração dos elos de ligação entre governança da Internet e desenvolvimento sustentável é uma área importante de debate e novos diálogos. Os membros dos grupos enfatizaram que os governos não devem seguir políticas que possam inibir a demanda pelo acesso a serviços de banda larga, como restringir o uso de VoIP e regulamentar vídeos pela Internet, como se esta fosse a televisão pública.

Do ponto de vista da oferta, apontaram-se as oportunidades criadas pela abertura do espectro, com a mudança para a transmissão digital. Alguns oradores sugeriram que esse espectro poderia ser usado para possibilitar novas redes de banda larga, novos investimentos e serviços inovadores, ao passo que outros argumentaram que essa não seria uma solução sustentável.

Um dos participantes abordou várias dúvidas sobre a Web 2.0 e como isso traz problemas significativos para a governança da Internet. Houve intervenções levantando diversos pontos, como padrões de comportamento dos usuários ou o gerenciamento da privacidade e intimidade em sites de redes sociais. De modo geral, todos concordaram que as questões de anonimato e autenticação são cruciais, mas as políticas apropriadas dependem de cada país e de cada caso. Alguns argumentaram que em certos casos o anonimato cria a possibilidade de impactos negativos e pode minar a democracia. No entanto, também se observou que nos países nos quais há restrições à liberdade de expressão o anonimato protege os internautas e ajuda a promover a democracia. Houve concordância geral de que a Web 2.0 levantou vários assuntos importantes com os quais o IGF pode contribuir.

Muitos participantes enfatizaram a importância do acesso, e também apontaram para o uso limitado da Internet na África. Alguns comentaram que o acesso da Internet na África se basearia tanto em IPv4 quanto em IPv6. A questão é que o IPv6 é essencial para permitir o crescimento da Internet, mas é preciso tomar cuidado para proteger a conectividade com a Internet global. A Internet conseguiu incentivar e possibilitar grandes inovações. As origens dessas inovações foram diversas, cobrindo todos os níveis das redes e vindo de muitas instituições diferentes, desde os maiores e mais formais programas de pesquisa até indivíduos que trabalham quase isolados.

Também foi observado que a Internet poderia ser considerada o andaime de novas pesquisas e atividades inovadoras, e conseqüentemente características fundamentais da Internet hoje poderão ser substituídas num futuro próximo – o exemplo sugerido nesse caso foi o uso das URLs.

Embora essa sessão não tenha conduzido a conclusões formais, todos os participantes concordaram que esse foi o início do debate para sugerir assuntos importantes para futuras pautas e questões nas quais o processo do IGF pode oferecer grandes contribuições.

Outros eventos

Os assuntos abordados nos 84 eventos auto-organizados que ocorreram em paralelo às sessões principais deram a oportunidade para que os participantes do encontro partilhassem experiências, idéias e melhores práticas. Esses eventos temáticos, que giraram em torno dos cinco temas principais, discutiram idéias específicas, tiveram apresentações sobre projetos bem-sucedidos e trocaram opiniões sobre os próximos passos para tratar o uso e o abuso da Internet.

Ainda que os temas abordados nesses eventos tenham sido bem diversificados, os problemas de proteção de crianças e o combate contra a pornografia infantil na Internet tiveram destaque especial.

Entre os outros 84 eventos houve 36 workshops, 23 fóruns sobre melhores práticas, 11 encontros de coalizão dinâmica, 8 fóruns abertos e 6 eventos sobre outros assuntos. 11 eventos voltaram-se à abertura e liberdade de expressão, 12 para o desenvolvimento e capacitação, 9 foram sobre acesso, 10 sobre recursos críticos da Internet, 6 sobre diversidade, 17 sobre outros assuntos e 19 foram sobre segurança. Das sessões sobre segurança, 9 dedicaram-se à questão da proteção de crianças e pedofilia na Internet.

Os relatórios sobre esses eventos estarão disponíveis no site do IGF, e solicitamos que todos os organizadores passem seus relatórios para o site do IGF em: www.intgovforum.org .

OBSERVAÇÕES FINAIS DO PRESIDENTE

“O povo e o governo do Brasil estão orgulhosos por sediar o segundo encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF) no Rio de Janeiro ao longo dos últimos quatro dias. Estamos honrados por receber mais de 2.000 inscrições, incluindo representantes de governos, da sociedade civil, do setor privado, de organizações internacionais, instituições de pesquisa e internautas.

O segundo IGF aconteceu num ambiente de amizade e cooperação. Em conformidade com sua missão, conforme estabelece a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, o segundo IGF ofereceu um espaço para o debate das diferentes partes interessadas sobre temas cruciais. Ele facilitou o diálogo entre as organizações responsáveis por aspectos complementares da governança da Internet, identificou questões emergentes e as levou à atenção do público. O intenso debate e participação nas sessões principais, workshops, fóruns abertos e sobre melhores práticas, coalizões dinâmicas e outras reuniões confirmou o papel do IGF na modelagem da governança da Internet, no sentido de contribuir para formar uma sociedade da informação voltada para pessoas, para o desenvolvimento e a inclusão.

O segundo encontro do IGF também confirmou que o formato deste fórum está na vanguarda de um processo multilateral de normalização, e pode estabelecer precedentes para um estilo renovado, atualizado, de conferências multilaterais, em um ambiente aberto, inclusivo e representativo, com a participação de todos os envolvidos. É importante construir sobre a experiência adquirida até agora, e procurar explorar possíveis meios que fortaleçam os mecanismos existentes para governança da Internet, acrescentando sua legitimidade para a comunidade internacional e sua conformidade com os princípios básicos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

O segundo encontro do IGF avançou no caminho para a implementação completa do seu propósito em termos de participação, escopo, agenda temática, organização de trabalho e possíveis resultados. Ele contribuiu para o processo que pretende cumprir o propósito do Fórum até 2010, no final do período de cinco anos estabelecido inicialmente pela Agenda de Túnis.

Em termos de substância, além dos temas importantes como acesso, diversidade, abertura e segurança, o encontro no Rio contribuiu para ampliar o debate sobre governança da Internet ao dedicar uma sessão principal à discussão dos recursos críticos da Internet e à melhoria dos mecanismos globais responsáveis por sua administração.

Em termos de organização do trabalho, outro avanço conquistado no Rio foi dividir a presidência das principais sessões entre as diferentes partes interessadas. Um representante da sociedade civil conduziu a sessão sobre abertura, e outro do setor privado dirigiu a sessão sobre segurança. Note-se também o interesse do alto escalão do governo brasileiro, como prova a participação de quatro ministros e várias outras autoridades do Brasil nos eventos do IGF.

Recursos críticos da Internet

A sessão principal sobre recursos críticos da Internet abordou a conformidade dos acordos existentes para o gerenciamento da infra-estrutura física e lógica da Internet com os princípios adotados pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS). O processo deliberativo da ICANN, que envolve os diversos interessados, é uma

experiência interessante por ampliar a participação em processos decisórios. Naturalmente há melhorias a serem feitas, como por exemplo, o relacionamento entre o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais e a Diretoria da ICANN. Os governos devem poder desempenhar seu papel soberano em pé de igualdade na elaboração de políticas públicas globais. Nesse aspecto, as reformas em andamento na ICANN e as perspectivas de reconhecimento da organização como entidade internacional e sua independência de qualquer governo devem ser acompanhadas com interesse.

Diversidade

A Internet oferece perspectivas inéditas para a expressão de conteúdos culturais de todos os cantos do mundo, bem como para a criação, disseminação, recombinação e difusão de conteúdo. A conversão de todo esse potencial para a realidade exige que a Internet seja administrada em benefício da humanidade como um todo. Cada indivíduo deve ter a possibilidade de participar da Internet em sua própria língua, em harmonia com seus valores e identidade cultural. A Internet deve se expandir de modo que seu conteúdo e seu sistema de endereçamento reflitam a diversidade cultural e lingüística existente, e também as diferenças regionais e locais que caracterizam a civilização. As necessidades específicas de pessoas com deficiências devem ser atendidas pela criação e disseminação de periféricos específicos a preços acessíveis, e também pela adoção de padrões de acessibilidade pela indústria.

Acesso

Os custos da conexão internacional são um ônus para países em desenvolvimento. Nesse sentido, um ambiente justo para concorrência de negócios em escala global poderia contribuir para uma melhoria geral nas condições de acesso. Os governos devem estimular a criação e manutenção desse tipo de ambiente sempre que possível, e tomar medidas para corrigir imperfeições de mercado, se necessário. Devem-se firmar acordos financeiros internacionais para apoiar o investimento em áreas nas quais isso não é viável comercialmente. A cooperação regional e os Pontos de Troca da Tráfego são recursos particularmente importantes para ajudar a reduzir a demanda por backbones intercontinentais, reduzindo assim os custos de acesso.

Abertura

A liberdade de expressão é um direito humano fundamental que precisa ser garantido e exige o livre fluxo de informações e conteúdo de fontes diversificadas. Mais do que qualquer outro meio de comunicação, a Internet é capaz de incorporar a diversidade cultural e o pluralismo que caracterizam a democracia. A conversão desse potencial em realidade exige a preservação das características de arquitetura aberta da Internet.

As novas realidades, possibilidades e desafios trazidos pela Internet devem ser levados em conta nos debates sobre propriedade intelectual, com atenção especial a aspectos como privacidade e direito à informação e acesso ao conhecimento. Diferentes normas para propriedade intelectual e modelos de licenciamento de software produzem perspectivas econômicas distintas no que se refere a inovação e inserção na economia digital, sobretudo em países em desenvolvimento.

Segurança

Além da estabilidade da Internet, a integridade de dados e confiabilidade de conteúdo, a proteção dos usuários e o combate ao crime cibernético devem ter prioridade absoluta na formação de uma sociedade da informação voltada para as pessoas. Nesse aspecto, o

direito à privacidade e os processos legais correspondentes sempre devem ser levados em conta. Tendo em vista o caráter sem fronteiras da Internet e do cibercrime, a cooperação internacional no campo técnico e jurídico é uma ferramenta essencial para combater e prevenir o cibercrime. Por essa razão, as possibilidades da harmonização jurídica na área de segurança cibernética devem ser avaliadas à luz das prioridades nacionais específicas e realidades distintas no mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Os governos têm um papel fundamental ao fazer do espaço cibernético um ambiente seguro para a interação humana, e devem contar com a ajuda da sociedade civil e do setor privado para esse fim.

Certamente há lições a serem aprendidas e melhorias a serem feitas para os próximos encontros do IGF. Entre essas melhorias, eu gostaria de destacar a necessidade de rever o processo de preparação do IGF, a fim de oferecer uma participação mais ampla, mais equilibrada e mais representativa de todas as partes interessadas, bem como de todas as regiões do mundo. É importante trazer para esse processo a maior diversidade possível de opiniões, e levar em conta também o equilíbrio entre os sexos. Os critérios, indicação, rodízio, procedimentos e funções do grupo consultivo ou de outra estrutura usada como estrutura de apoio para preparar e conduzir o encontro podem ser melhorados.

Em nome do povo e do governo brasileiros, e do Comitê Gestor da Internet no Brasil, eu gostaria de expressar nossa profunda gratidão por seu comparecimento e participação ativa no segundo IGF no Rio de Janeiro. Um agradecimento especial vai para o Sr. Nitin Desai e para o Sr. Markus Kummer e sua equipe, que não mediram esforços para garantir uma preparação excelente para esse encontro. Eu também gostaria de agradecer a presença do Sr. Sha Zukang, Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, por seu comparecimento e contribuições pessoais para o IGF. Finalmente, quero destacar nosso reconhecimento pelo apoio financeiro e logístico do Comitê Gestor da Internet no Brasil, que foi essencial para o sucesso desse evento."

ANEXO

Oradores da sessão de abertura

Segunda-feira, 12 de novembro de 2007

Sr. Hamadoun Touré, Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT)

Srta. Anriette Estherhuysen, Diretora-Executiva da Associação para o Progresso das Comunicações (APC)

Sr. Guy Sebban, Secretário-Geral da Câmara Internacional de Comércio (CIC)

Srta. Lynn St. Amour, Presidente e CEO da Internet Society

S. Ex^a., Sr. José Mariano Gago, Ministro da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Portugal

Sr. Paul Twomey, Presidente e CEO da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN)

Sr. Naoyuki Akikusa, Presidente da Fujitsu Limited; Presidente da Comissão Global de Infra-Estrutura da Informação

S. Ex^a, Srta. Ivy Matsepe-Casaburri, Ministra das Comunicações da África do Sul

S. Ex^a, Sr. Adama Samassékou, Secretário Executivo da Academia Africana de Idiomas

S. Ex^a, Sr. Luigi Vimercati, Sub-Secretário de Comunicações, Itália

S. Ex^a, Sr. Kiyoshi Mori, Vice-Ministro de Coordenação Política, MIC, Japão

Sr. John Klensin, Consultor

Srta. Maud de Boer-Bucquicchio, Vice-Secretária-Geral do Conselho da Europa

Srta. Catherine Trautmann, Membro do Parlamento Europeu

Sr. Jainder Singh, Secretário Permanente do Departamento de Tecnologia da Informação, Índia

S. Ex^a, Sr. Gilberto Gil, Ministro da Cultura do Brasil